

Uma comunidade quilombola na rota dos tropeiros: quilombolas do Limoeiro

Marcia Naomi Kuniochi*
Claudia Daiane Garcia Molet**

Localizada no município de Palmares do Sul, no Rio Grande do Sul, a Comunidade Quilombola do Limoeiro, atualmente, luta pelo reconhecimento e titularização de suas terras, a partir do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADTC) da Constituição Federal de 1988, que determinou o reconhecimento e conseqüente propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes quilombolas. Desse modo, foi firmado um convênio, em 2008, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para a realização do relatório sócio-antropológico e histórico, para pesquisar a origem, a territorialidade e a historicidade dos remanescentes quilombolas do Limoeiro.

A ocupação inicial do território de Palmares, especificadamente das Sesmarias da Xarqueada e do Quintão, onde se localiza a comunidade, foi realizada no século XVIII, quando Manoel Jorge da Silva, que era tropeiro e negociante, foi agraciado com terras, ao longo do Caminho das Tropas, pelas lutas travadas em Colônia do Sacramento. Já a origem da comunidade remonta à primeira metade do século XIX, com a doação de um quinhão de terras na Sesmaria da Xarqueada, ao casal ancestral quilombola, Perpétua Maria da Conceição e Antônio Manuel Jorge que eram livres na época da doação, formando assim, um território de negros livres.

No relatório, entregue no início de 2009, ficamos encarregadas de pesquisar a parte histórica com o objetivo de reconstituir a origem da Comunidade. Surpreendentemente, a origem dos primeiros povoadores, que poderiam ter levado escravos para a região, retrocedeu a um período anterior à constituição da Província do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, apresentamos neste trabalho a pesquisa histórica que explica a concessão de terra a esses povoadores, oriundos da Colônia de Sacramento, que justifica a presença dos negros no Limoeiro.

* Professora adjunto da FURG

** Mestranda em Ciências Sociais-UFPel

O caminho das tropas

A conquista do Peru e da revelação das riquezas minerais do Império dos Incas deu uma importância estratégica ao estuário do Rio da Prata, uma vez que informações vagas, colhidas entre os índios, davam indícios de uma rota de acesso às terras ricas em metais preciosos. Tudo isso justificava a busca de possibilidades de estabelecer comunicações diretas entre o estuário e a região de Potosi, por intermédio da via navegável do Paraná.

Em razão disso, a colonização desses territórios abria um caminho alternativo aos altiplanos andinos, juntamente com as perspectivas para o desenvolvimento do contrabando de negros, em toda a América espanhola, “feito pelos portugueses; a estes desde cedo se ligaram os contrabandistas do porto de Buenos Aires. Desde 1595 e durante a primeira metade do século XVII, os portugueses desfrutaram da hegemonia do comércio negreiro em território espanhol”.¹

Por sua vez, os campos naturais da planície se prestavam admiravelmente à criação de animais e a exploração das terras foi incrementada, a partir da segunda década do século XVII, quando os corsários holandeses começaram a ameaçar a liberdade de navegação do Atlântico Sul, dificultando as comunicações marítimas com o porto platino, verificou-se então um novo ciclo de atividades das rotas interiores de comunicação entre as colônias portuguesas e espanholas.

No segundo quartel do século XVII, quando se iniciou a decadência do comércio luso-brasileiro com o Rio da Prata, uma nova área das terras de Castela começou a ser procurada pelos mercadores lusos, isto é, o atual território do Rio Grande do Sul. O ano de 1635 é o marco que deu início da expansão dos sertanistas paulistas nas províncias jesuíticas do Uruguai e do Tape, ano em que uma bandeira esteve no sertão dos Patos.²

Nessa imensa área, vivia-se da “tomadia de gado nos campos indivisos”, que foi fundamental para o estabelecimento das estâncias e da atividade pecuária. O gado arrebanhado era selvagem, ou xucro e os criadores (denominados localmente de

¹ Alice Piffer Canabrava – *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: Ed. da USP, 1984, p. 101

² *Idem*, p. 136-8

estancieiros, da mesma forma que nos territórios espanhóis) não domesticavam seus rebanhos e não submetiam o gado a currais, evitando qualquer tipo de marcação.

No período de 1765 a 1825, as reses mansas constituíam apenas de 13 a 26% do gado vacum existente no Rio Grande e, enquanto subsistiram os rebanhos selvagens, a domesticação do gado não progrediu nas fazendas do Rio Grande. “Espanhóis, portugueses, índios e negros realizavam, conjuntamente, arreadas e contrabando. Essas atividades não eram exclusividade dos súditos de algumas das duas Coroas, mas eram praticadas pelo conjunto dos habitantes dessa zona-fronteira, forjando solidariedade que suplantavam a lealdade a seus reis...”³

A unicidade do território dificultava o estabelecimento da propriedade da terra, além do fato de que autoridades de ambos os lados incentivavam a fixação de colonos em suas terras, independente da sua naturalidade e origem. Essa disputa, no lado português, é marcada pela fixação de povoados: Colônia Sacramento, Laguna e Rio Grande.

Em 1680, os portugueses tomaram a iniciativa de fundar a Colônia de Sacramento, o que significou uma afronta aos espanhóis “lindeiros da margem meridional do Prata”. A instituição do segundo marco de ocupação dos territórios sulinos deu-se no ano de 1684, com a fundação do povoado da Laguna, realizado por vicentinos, capitaneados por Domingos de Brito Peixoto e seus filhos. E o “terceiro núcleo populacional, erigido por determinação régia, foi feito às margens da barra da Lagoa dos Patos, por José da Silva Pais a partir da fundação do Forte Jesus, Maria e José, em 1737, onde hoje se situa a cidade portuária do Rio Grande de São Pedro”.⁴

Como já acontecia em Colônia, a atividade de preia de gado foi uma das principais geradoras de recursos para a Vila da Laguna e por consequência, dos primeiros habitantes lusos do Continente do Rio Grande de São Pedro. Há registro de que uma primeira expedição, composta pelo núcleo familiar do Capitão-mor da Vila, Francisco de Brito Peixoto, partiu em 1715, indo até Colônia do Sacramento, para fazer reconhecimento das terras e arrebanhar animais. Outras se seguiram com o mesmo propósito. A mais importante foi a “Frota de João de Magalhães”, composta de trinta ou

³ Helen Osório – *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007, p.64

⁴ Martha Daisson Hameister – *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (1727-1763)*. Dissertação de Mestrado apresentada na UFRJ, 2002, p.30

trinta e um homens, entre livres, escravos e índios. Eram comandados por João de Magalhães, genro de Francisco de Brito Peixoto, com intuito de explorar as terras do sul, em 1725. Esses atos justificariam duas pretensões de Francisco de Brito Peixoto à Coroa Portuguesa para o requerimento de terras, que foi negada nas duas tentativas.

A ligação por terra entre Laguna e Colônia seria fundamental para o estabelecimento do fornecimento de animais para o a região central do Brasil. O abastecimento de mulas, na primeira metade do século XVIII, teve início devido ao boom da mineração, quando tornou-se necessária a utilização de animais aptos para tiro e carga, para a vazão dos produtos de exportação e para a movimentação das cargas que abasteciam o interior da Colônia.

A predileção por muares para o transporte de cargas no interior da Colônia é explicada pelas características físicas deste animal. Fruto da cruz entre asnos e eqüinos, os muares associam a robustez muscular e resistência do esqueleto do asno com um porte maior, herdado das características dos cavalos. “Em princípio, esse hibridismo não ocorre in natura. Para que estes animais existam, é necessária a ingerência humana no processo de reprodução. É um processo complexo, que passa pela separação dos rebanhos de distintas espécies – os asininos e os eqüinos – sub-repartidos por sexo, isolados dos reprodutores de outros animais de sua própria espécie, requerendo vigilância constante para não pôr a perder o burro reprodutor (burro *hechor*). Este é o animal mais caro presente nos inventários de fazendeiros, chagando a valer 15 cavalos mansos. O alto preço deste animal é devido ao adestramento e tratamento especial desde o seu nascimento, para posterior cobertura de éguas, também consideradas desde filhotes à aceitação dos burros reprodutores. As éguas para este tipo de produção receberam também uma designação própria, chamadas de éguas de cria, éguas de cria de mulas, ou éguas de ventre. Em princípio, esse hibridismo não ocorre de maneira natural”.⁵

Hameister ainda informa que a capacidade de carga deste animal varia de 6 a 12 arrobas. O fornecimento de mulas para as regiões mais centrais da Colônia foi praticamente dominado pelo Continente do Rio Grande do São Pedro, que reafirmavam o impedimento de cria de mulas em outras regiões da Colônia e regulamentavam as sua produção nos pastos sulinos.

⁵ *Idem*, p. 75

Além disso, por características de relevo, os muares jamais foram utilizados em grande escala no Rio Grande do Sul. Para a tração de carreta com carga através dos terrenos relativamente planos da pampa sulina, os bois mansos eram animais mais eficientes, capazes de tracionar um peso muito maior do que o que seria possível para os muares.

O comércio de mulas progrediu na mesma proporção em que crescia a produção aurífera em Minas Gerais. A demanda por transporte era incentivada tanto para o abastecimento como para o escoamento do minério. A importância disso pode ser dimensionada quando Alfredo Ellis Júnior identifica um dos fenômenos a que denomina “Ciclo do Muar”. Para o autor, “o ouro foi o consumidor forçado do muar sulino” e a estrada do Rio Grande a São Paulo teria sido “a rota de maior importância na História do Brasil”.⁶

Essa ligação pelo interior, entre a porção meridional e o centro da colônia portuguesa, foi obra de homens vinculados a São Paulo. As descidas dos paulistas para o sul seguiram a seguinte cronologia: Curitiba-1654, São Francisco-1658, Desterro-1673, Ilha de Santa Catarina-1675, Laguna-1684.

Os exageros de Ellis Júnior podem dar a medida da importância dessa rota para Portugal. A Coroa portuguesa tomou para si a tarefa de abrir um Caminho para as Tropas em detrimento da iniciativa de particulares. Para Hameister, essa ação deveu-se a “dois motivos principais: o primeiro foi a cristalização dos numerosos e densamente habitados núcleos populacionais vinculados à atividade mineradora; o segundo, decorrência do primeiro, foi a própria percepção da Coroa acerca da necessidade de animais de transporte para cargas –essenciais para a mineração – como entre estes núcleos e as áreas produtoras de alimentos e entre o interior e os portos marítimos”.⁷

Em 1727, foi nomeado Francisco de Souza e Faria para dirigir-se à Vila da Laguna e providenciar a abertura de Caminho das Tropas. Tal tarefa não foi fácil, pois os homens importantes de Santos, Curitiba, Paranaguá e de Laguna, por serem aparentados e por estarem perdendo “em suas liberdades”, sentiam-se prejudicados, provavelmente, nos direitos de cobranças de taxas e/ou isenções de fisco associados às mercês reais recebidas.

⁶ Alfredo Ellis Júnior – “O ciclo do muar”. *Revista de História*. São Paulo: vol. I, janeiro-março, n° 1, 1950, p. 76

⁷ Martha Daisson Hameister, *op. cit.*, p.105-6

Uma série de incidentes, muitos deles propositais, quase impediram a implementação do Novo Caminho. É importante ressaltar que a resistência do “bando dos Brito Peixoto”, como caracteriza Fabio Kuhn⁸, à ação da Coroa portuguesa possibilitou a participação decisiva de Cristóvão Pereira de Abreu e dos homens de Colônia Sacramento, cujos desdobramentos interessam a este trabalho.

Segundo Hameister⁹, foi providencial a atuação de Cristóvão Pereira de Abreu, que ocorreu em auxílio de Souza e Faria, levando consigo outros tantos homens de Colônia Sacramento e seus animais rumo ao sertão. Souza e Faria conseguiu cumprir o novo roteiro, que foi ratificado por Critovão Pereira, chegando este às Minas em torno de 1731, talvez “um ano a mais ou a menos”.

Cristóvão Pereira de Abreu era figura bastante conhecida em Colônia de Sacramento. Participante das coureadas desde o tempo da “caça aos gados”, foi também arrematador de impostos, contrabandista, condutor de tropas, tenente, capitão e posteriormente, nomeado coronel de Ordenanças; e lutou ativamente na defesa da cidade portuguesa dos ataques constantes de espanhóis.

Essas lutas prejudicaram os negócios de couro e outros produtos derivados do gado apresado e muitos estenderam seus negócios para outras atividades. Antes mesmo da saída definitiva da região platina, durante os anos em que Colônia do Sacramento ficou sob domínio espanhol, dos homens que não desertaram, passando para o inimigo, muitos se deslocaram para outras regiões. Alguns a tocar seus negócios, outros a servir Sua Majestade. Alguns homens passaram a viver de conduzir animais – matrizes e reprodutores – para a produção de muares das campanhas de Buenos Aires, passando pela Banda Oriental e adentrando ao Continente do Rio Grande de São Pedro, escapando da acusação de contrabando.

A conjunção das lutas nas guerras contra os espanhóis com a ação precursora nos negócios na porção meridional do Brasil fizeram desses homens de Colônia Sacramento o modelo ideal do pioneiro da fronteira.

Por isso, foi fortuito o fato de Cristóvão Pereira de Abreu estar em Laguna, quando da chegada do sargento-mor Souza e Faria, com as ordens para a abertura de um caminho para São Paulo. Primeiro, ele intercedeu para a solução dos empecilhos

⁸ *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa- século XVIII*. Niterói: Tese de doutorado defendida na UFF, 2006, p.66.

⁹ Em sua dissertação, a autora traz um relato bastante detalhado sobre as origens de Pereira de Abreu e sua atuação na fronteira meridional do Brasil, *op. cit.*, p. 109-133

gerados pelos lagunistas ao recrutamento de homens, e em seguida retornou à Sacramento, juntando homens e animais para cumprir a primeira viagem, que permitiu a ligação do sul do Brasil à Minas Gerais.

Essa façanha rendeu a Cristovão Pereira direitos sobre a passagem dos animais, algo em torno de dez mil cruzados; e mais do que isso, a garantia de um fluxo sazonal, mas regular, de cavalgaduras e gado de corte, com a comercialização dos rebanhos de bovinos, eqüinos e muares, conduzidos em pé por rotas internas ao território colonial.

Além disso, o conhecimento e experiência desses homens também foram de fundamental importância na consolidação da presença portuguesa na barra da Lagoa dos Patos e na fundação da cidade e do porto do Rio Grande. Vários participantes da empreitada de “abertura do Caminho das Tropas” foram também alguns dos primeiros a se estabelecerem no Continente.

Chegamos então ao ponto em que podemos apresentar Manoel Jorge, personagem fundamental em nossa pesquisa sobre os quilombolas do Limoeiro. Martha Daisson Hameister cita seu nome dentre os “heróis da Sacramento sitiada”. Na sequência, vamos encontrá-lo em Rio Grande, por volta de 1750, estabelecido como um próspero comerciante, proprietário de um armazém na vila recém-fundada.

Ele ainda teve participação decisiva em outro fato histórico: a fuga dos rio-grandinos da invasão espanhola à cidade do Rio Grande, em 1763. Foi então que se dirigiu com sua família para as terras que possuía na sesmaria de Palmares.

É interessante notar que essas terras localizavam-se na rota das tropas, entre Rio Grande e Laguna, justamente na região que foi reconhecida pela famosa “Frota de João de Magalhães”. Vale lembrar que por duas vezes a Coroa portuguesa recusou a concessão desse território a Francisco de Brito Peixoto, enquanto isso, vemos Manoel Jorge com a posse de pelo menos três propriedades nesta região.

Não foi por acaso que, antes mesmo de 1730, Cristovão Pereira de Abreu descreve o trajeto de Sacramento a Vila da Laguna, conforme informa Hameiester, por terra, dizendo de como proceder a travessia do Rio Grande (barra da Lagoa dos Patos), coisa que já havia feito várias vezes conduzindo seus animais sozinho e na companhia de outros condutores da Laguna. Além disso, ele estaria, com outros homens de Colônia Sacramento, na barra do Rio Grande, para indicar para Silva Paes a localização ideal do forte a ser instalado nessa localidade.

O relato apresentado a seguir sobre os primeiros povoadores de Palmares do Sul remete a redes, estabelecidas em Colônia Sacramento, fortalecida com a abertura do Caminho das Tropas, de Rio Grande a Minas Gerais, e evidenciadas na concessão de terras ao longo das novas terras ocupadas.

De Rio Grande a Palmares: Os primeiros fazendeiros

Em 1737, na barra da Lagoa dos Patos estavam o Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, o Tenente Francisco de Souza e Faria, o Capitão Domingos Gomes Ribeiro, entre outros, a espera do desembarque de José da Silva Pais, munidos de ordens para erigir o presídio de Jesus, Maria e José, que daria origem à futura Vila do Rio Grande. O local ideal para a construção do forte foi indicado às autoridades por estes e outros condutores de animais.

A partir de 1737 desembarcaram, na atual cidade do Rio Grande, diversos casais com o objetivo de povoar a região. Entre essas famílias estavam Francisco Gonçalves Retorta, Manoel Jorge da Silva e Alexandre de Magalhães, sua mulher Ana Pereira e seus filhos vindos, do Rio de Janeiro. Dessas famílias, viriam os principais descendentes dos fazendeiros de Palmares.¹⁰

Muitos tinham saído de Colônia Sacramento, retornado ao Rio de Janeiro e agora estavam de volta para a região sul para estabelecer a nova povoação. A família de Alexandre de Magalhães é um exemplo dessa continuidade, a começar pelo fato do único filho varão, Pedro de Magalhães, ter nascido em Sacramento.

No ano de 1738, a filha de Antônio Magalhães, Ana Pereira de Souza, casou com Francisco Gonçalves Retorta, que chegara no mesmo navio com a família de Magalhães, na cidade do Rio Grande. O casal teve dez filhos, sendo que a primogênita, Mônica Pereira de Souza, casou com um conhecido personagem de Colônia Sacramento – Manoel Jorge da Silva. Na ocasião, ela contava com dezessete anos e ele, com sessenta e quatro anos.

¹⁰ Marco Antônio Velho Pereira - *O Rincão dos Palmares: os primeiros palmarenses no Rio Grande do Sul*. Palmares do Sul: Editora Raupp, 1994.

Em seu livro sobre Palmares, Marco Antonio Velho Pereira registra Manoel como tropeiro e negociante, com residência em Rio Grande. Além disso destaca que, no ano de 1759, ele adquirira novas terras, no mesmo ano que casou com Mônica, cujas terras compreendiam os seguintes lotes:

Uma fazenda com seus animais e cavallares no distrito dos Campos de Tramandahy, chamado Palmares, em que compreende outra chamada o Quintão. O comprador possuía a fazenda da Xarqueada e as duas terras ficaram unidas, fazendo fronteira em “uma banda com a cerca do Quintão”, e por outra parte “com o arroio de Bernardo Pinto” e por outra parte “com as praias do Rio Grande e a fazenda da Xarqueada do mesmo comprador e lagoas do Mar Grosso...”¹¹

Pela bravura nas lutas travadas em Sacramento, que o consagrou como um dos “heróis da Sacramento sitiada”, Manoel Jorge havia sido agraciado com uma sesmaria e tudo indica ser essa fazenda da Xarqueda. Entretanto, mesmo após a aquisição dessas terras, a família de Manoel continuou residindo em Rio Grande, até a invasão dos espanhóis, em 1763. O ex-tropeiro e sua família fugiram de barco, atravessaram o canal do Rio Grande para São José do Norte e seguiram a estrada da praia. Assim, na década de 1760, já residia em Palmares com sua mulher Mônica Pereira de Souza.

Nos interrogatórios, realizados para redigir a *Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande às tropas castelhanas*, consta o nome de Manoel Jorge da Sylva, como 29^o. Testemunha.¹² Ele conta no depoimento que os Soldados pegaram os cavalos de El Rey e de particulares. Ele mesmo diz ter trezentos cavalos mansos na sua fazenda e poucos que escaparam porque havia mandado ir pela praia para o seu transporte e só chegaram depois de andar mais de quinze léguas à pé.

Por sua vez, a irmã de Mônica, Quitéria, casou com o Capitão Francisco Lopes de Mattos. Ele também foi testemunha na *Devassa*¹³ e na ocasião era Tenente das Ordenanças da Cavalaria da companhia do Capitão Antonio José Pereyra. Afirma que morava em uma estância nos sítios dos Palmares e testemunha que não haveria condições de defender a praça de Rio Grande, em razão da superioridade numérica das tropas espanholas.

¹¹ Idem, p. 28.

¹² Rio Grande: Biblioteca Rio Grandense, 1764, p. 114-116. Acreditamos ser o mesmo Manoel Jorge, citado até o momento, pelas indicações de Marco Antonio Velho Pereira, que utilizou o mesmo documento.

¹³ Idem, p.116-117

Lopes de Mattos era proprietário de fazendas entre Palmares e Mostardas e sua esposa deixou em testamento os bens para seus escravos e os libertou. Atualmente localiza-se nessa propriedade o Quilombo de Casca.¹⁴

Assim, as relações do Quilombo de Limoeiro com Casca começaram ainda no século XVIII, pois as irmãs tinham terras que faziam divisas. Segundo o Livro de Sesmarias, em 1752 os campos de Francisco Lopes de Mattos eram ao norte da fazenda Xarqueada de Manoel Jorge da Silva.¹⁵

Mônica Pereira de Souza ficou viúva em 1768, aos 26 anos. Por essa época chegou ao Rio Grande do Sul, Antônio de Azevedo e Souza, que viria a ser o segundo marido de Mônica. Antônio era proveniente da Freguezia de Maria Madalena, cidade do Porto em Portugal. Em 14 de fevereiro de 1772 assumiu o cargo de almoxarife da Câmara de Viamão. Após a mudança da capital foi engajado como soldado às tropas do povoado; depois deslocado para Tramandaí em um posto de verificação de passagem de tropeiros.

Nesta função obtém a confiança e amizade, pelo ano de 1774, da rica viúva Mônica Pereira de Souza. Em 1782, foi criado, pelo governo português, a Companhia de Ordenanças de Conceição de Serra de Tramandahy, uma unidade militar, em que Antônio de Azevedo e Souza foi promovido ao posto de Capitão de Ordenanças com jurisdição sobre o Rincão dos Palmares. Azevedo e Souza aparece, ainda, como irmão na comissão de construção da igreja matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Arroio de Tramandahy, hoje cidade de Osório.¹⁶

Por volta de 1774, a viúva, solicitou a medição formal das terras deixadas por Manoel Jorge da Silva. Nesse mesmo período casou com Antônio de Azevedo e Souza. Em virtude dessa medição, feita pelo juiz ordinário Miguel Luiz da Fonseca, apareceram grandes sobras de campos, ao sul da Xarqueada. O aparecimento dessas sobras despertou a atenção de alguns interessados que pretendiam obter a concessão dos mesmos campos para formarem os seus estabelecimentos.

No período, que vai da ocupação espanhola (1763) até a recuperação dos territórios ocupados, não havia nenhum núcleo ou povoado entre São José do Norte, Rio Grande e Viamão. Desse modo, desde 1771, o Governador José Marcelino de

¹⁴ Ilka Boaventura Leite – *O legado do testamento: a comunidade de Casca em pericia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004

¹⁵ Livro das Sesmarias, 6 (1789- 1792) APERS

¹⁶ Marco Antonio Velho Pereira, *op. cit.*, p.24-32

Figueiredo preocupava-se seriamente com a necessidade de fundar um povoamento nessa imensa região. Por isso, resolveu baixar uma portaria declarando, expressamente, que pretendia estabelecer uma povoação na Estância chamada o “Quintão” e que, se tal viesse a acontecer, seriam a viúva Mônica Pereira de Souza ou seus filhos compensados, recebendo outros campos dos que haviam sobrado na medição de sua estância.¹⁷

Porém, surgiram outras circunstâncias que desviaram de Palmares para a atual cidade de Osório a constituição da nova vila. O governador considerou mais conveniente para a Coroa Portuguesa seqüestrar os bens de Manoel Pereira Franco, que havia falecido com grande débito com a Coroa pelas suas atividades como almoxarife na Colônia do Sacramento. A estância tinha o nome de Fazenda da Serra e nela foi erigida a capela, por Antônio Gonçalves dos Anjos, em invocação de Nossa Senhora da Conceição. Assim, o Vice-rei do Brasil mandou fundar uma povoação com o título de Nossa Senhora da Conceição do Arroio (Osório) entre as Freguesias de Santo Antônio da Guarda Velha (Santo Antônio da Patrulha) e a de São Luiz do Norte (Mostardas).¹⁸

Determinado o local onde seria construída uma nova povoação, o Quintão continuou com a família de Mônica Pereira de Souza. De qualquer maneira, a nova vila de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, foi instalada também em terras de um migrante de Colônia do Sacramento.

Desse modo, Manoel Jorge tinha terras em Palmares, Quintão e Xarqueada; Lopes de Mattos, em Mostardas e, Manoel Pereira Franco, em Osório. Essas propriedades remetem a redes estabelecidas desde Colônia do Sacramento, que foram mantidas no povoamento da região entre Laguna e Rio Grande, possivelmente, como prêmio ao auxílio de Cristóvão Pereira de Abreu ao mandatário da Coroa par abrir o Caminho das Tropas.

Enfim, as concessões de terras foram feitas ao longo da abertura do novo Caminho.

Os primeiros ancestrais e a formação do território negro do Limoeiro

¹⁷ *Idem*, p. 25-30

¹⁸ Marco Antonio Velho Pereira, op. cit., p. 31

No segundo casamento, Mônica teve sete filhos: Antônio de Azevedo e Souza Filho, Ana Joaquina, Rosa Maria, Angélica Mathilde, Joaquina, Joaquim e Francisco. Os filhos herdaram terras nas sesmarias das Sobras, Palmares, Curral Grande e Xarqueada. Tais herdeiros tinham bens também em Porto Alegre, Jaguarão e Rio Grande. Visando compreender a comunidade sob investigação para elaboração do Relatório para a titularização das terras, procuramos pesquisar aqueles inventariados que tiveram envolvimento com a história do Limoeiro.

Nesse sentido, o inventário de Francisco de Azevedo e Souza¹⁹, filho de Mônica e Antônio, aberto em 1835, foi o primeiro a ser pesquisado. Francisco e sua mulher Maria Tereza Monteiro, eram sócios de seus sobrinhos, Cândido Rodrigues Pereira e Mônica Pereira de Azevedo. Segundo a escritura de sociedade de 11 de fevereiro de 1835, anexada ao inventário, eram senhores e possuidores em igual parte das Estâncias denominadas de Palmares, Curral Grande, Xarqueada e Sobras, além de todos os animais vacuns e cavalares. Segundo o contrato de sociedade, no princípio de cada ano, deveriam apresentar um balanço para separarem os lucros e o pagamento das despesas. Entretanto, a sociedade foi desfeita, pois Francisco veio a falecer no mesmo ano. Entre os herdeiros de Francisco estavam seus sobrinhos, filhos de Joaquim e Francisca Cândida da Anunciação, já que o inventariado não tinha filhos.

Outro documento analisado foi o de Joaquim de Azevedo e Souza²⁰, irmão de Francisco, que abrange o período de 1836 a 1849, em que conta como inventariante sua mulher Francisca Cândida da Anunciação. No período do inventário, a viúva estava residindo em Porto Alegre. Entretanto, havia também uma “fazenda de criar” em Palmares, mas a inventariante não sabia declarar a quantidade de gado, nem de “cavalhada”, pois seu marido havia falecido no “tempo que a Província se achava em desordem”, e pelo que consta havia também chegado à capital, antes de falecer.

Continuando sua declaração, Francisca afirmou que não lembrava os bens que possuía na referida fazenda, quando desta retiraram-se por ter sido invadida pelos “anarquistas”. A viúva referia-se à Revolução Farroupilha. Segundo Pesavento²¹, em 20

¹⁹ APERS- Primeiro Cartório Civil, Porto Alegre, Inventário de Francisco de Azevedo e Souza, auto 131, maio 7, 1835.

²⁰ APERS- Primeiro Cartório de Órfãos, Porto Alegre, Inventário de Joaquim de Azevedo e Souza, auto 1238, maio 59, 1837.

²¹ Sandra Jatahy Pesavento - “Farrapos, liberalismo e ideologia”. *A Revolução farroupilha: História & Interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

de setembro de 1835, as forças revolucionárias tomaram Porto Alegre e iniciou-se uma revolta contra as forças do Império. Um ano depois ocorreu o Combate de Mostardas, no caminho invadiram a fazenda de Palmares, daí o relato da viúva de Joaquim de Azevedo e Souza que, juntamente com sua família, foi para Porto Alegre.

Na fazenda abandonada pela família Azevedo, ficaram os rebanhos bem como as benfeitorias e, pelo menos treze escravos, que foram avaliados no ano de 1844. Além destes havia ainda o “preto Sebastião”, mas que “já havia fugido para os anarquistas”,²² quando estes invadiram as terras dos Azevedos. Assim, como Sebastião, outros escravos da região poderiam ter seguido viagem, bem como aqueles que estavam com as forças revolucionárias poderiam ter ficado nas proximidades da fazenda. Há ainda no inventário o caso do escravo João, que fugiu da Estância da Palmares para Porto Alegre, sendo lá preso. Tudo indica, portanto que os revolucionários provocaram certa desordem no sistema escravista da região.

Os inventários dos irmãos Francisco e Joaquim de Azevedo e Souza, bem como da mulher de Joaquim, Francisca Cândida da Anunciação²³, são importantes para a compreensão da história da formação da Comunidade Quilombola do Limoeiro, pois no ano de 1856, a partir do Livro de registros paroquiais de Nossa Senhora da Conceição do Arroio, pode-se verificar o nome de Perpétua Maria da Conceição, como uma das proprietárias, citadas dentre os que possuíam terras na Sesmaria da Xarqueada.²⁴ Perpétua foi a ancestral mais antiga da Comunidade Quilombola do Limoeiro, que encontramos em um documento.

Perpétua Maria da Conceição declarou, em 1856, que possuía um quinhão de campo na Sesmaria da Xarqueada que ela e o marido, já falecido, Antônio Manuel Jorge, haviam herdado de D. Francisca Cândida da Anunciação e do finado Francisco de Azevedo e Souza. No ano de 1858, o segundo marido de Perpétua, Manoel José da Silva Filho fora o inventariante do primeiro marido de Perpétua. Os bens de Antônio Manoel Jorge não se limitavam a terras, a tabela abaixo mostra os bens inventariados.²⁵

Bens arrolados de Antônio Manoel Jorge

²² APERS- Primeiro Cartório de Órfãos, Porto Alegre, Inventário de Joaquim de Azevedo e Souza, auto 1238, maço 59, 1837.

²³ APERS, Orphãos e Ausentes, Conceição do Arroio, maço 3, auto 67, Inventário de Francisca Cândida da Anunciação.

²⁴ APERS. Livro de registros paroquiais de Nossa Senhora da Conceição do Arroio.

²⁵ APERS- Cartório de Órfãos e Ausentes, Conceição do Arroio, Inventário de Antônio Manoel Jorge, auto 43, maço 2, 1858.

| Bens | Valor unitário | Valor total |
|--|-------------------|------------------------|
| 80 rezes de criar | 12 mil réis | 960 mil réis |
| 6 novilhos | 16 mil réis | 96 mil réis |
| 8 bois | 20 mil réis | 160 mil réis |
| 6 cavalos mansos | 10 mil réis | 60 mil réis |
| 5 éguas mansas | 5 mil réis | 25 mil réis |
| 20 éguas de criar | 2 mil réis | 40 mil réis |
| 16 ovelhas | 2 mil réis | 32 mil réis |
| 6 linhas de trinta palmos + ou - | 4 mil réis | 24 mil réis |
| Onze dúzias de pau a pique | 1 mil réis | 11 mil réis |
| Uma e meia dúzia de caibros | 4 mil réis | 6 mil réis |
| 1 marqueza | 6 mil réis | 6 mil réis |
| 1 caixa | 2 mil réis | 2 mil réis |
| 12 e meia braças de campos na Sesmaria da Xarqueada | 4 mil réis | 50 mil réis |
| Herança deixada por Ana Maria Joaquina | 150 mil réis | 150 mil réis |
| Total | | 1 conto e 622 mil réis |

Fonte: APERS. Cartório de Orfãos e Ausentes, Conceição do Arroio, Inventário de Antônio Manuel Jorge, auto 43, maço 2.

As terras na Xarqueada foram avaliadas em 50 mil réis. Assim, dois anos após as declarações no Livro de registros paroquiais, o quinhão de terras que havia herdado o casal, foi mensurado e arrolado no inventário. A doação das terras, por parte de Francisca Cândida da Anunciação e Francisco de Azevedo e Souza, não foi realizada nos inventários, mas a herança pode ser corroborada pelos dois documentos apresentados: as declarações realizadas nos registros paroquiais em 1856, em que consta inclusive a assinatura de João Antunes Tavares, casado com Mônica Cândida de Azevedo, filha de Francisca Cândida da Anunciação; e o posterior inventário de Antônio Manoel Jorge, aberto em 1858.

Tudo indica que Perpétua e Antônio Jorge receberam as terras antes da morte de Francisco de Azevedo e Souza, que ocorreu por volta de 1835, visto que não consta no inventário do mesmo nenhuma doação, que deve ter realizado em vida. Do mesmo modo, nada é declarado no inventário de Francisca Cândida da Anunciação e nem de seu marido. Assim, Perpétua e Antônio Jorge eram livres, ainda na primeira metade do século XIX, e deveriam estar nas proximidades da Estância de Palmar, na época da invasão pelas forças revolucionárias.

Vale lembrar que, na mesma época, a irmã de Mônica Pereira de Souza, Quitéria, havia feito a doação de suas terras aos escravos, que resultaria na formação do Quilombo de Casca, cujo laudo foi o primeiro a ser realizado no Rio Grande do Sul.²⁶

Nesse caso, os vinte e poucos escravos, libertos em Casca, já formariam um território de negros livres, e Perpétua e Antônio receberam terras nas proximidades do território de Casca.

É possível fazer inferência sobre essas doações de terras. O que se pode considerar é que as terras dos ancestrais do Limoeiro, possivelmente, eram menos valorizadas que as dos grandes fazendeiros. Havia uma maior flexibilidade dos grandes proprietários que permitiam apropriações de suas terras de baixo rendimento, no período anterior a imigração européia.²⁷ Visto que, entre o fim das concessões de sesmarias, em 1822, e a Lei de Terras em 1850, no Rio Grande do Sul, tem-se registros de aquisições de terras realizadas por negros libertos. Tal ocorrência poderia ser explicada pela situação fronteiriça da Província que teria desenvolvido formas diferenciadas de relacionamentos no sistema escravista, propiciando negociações entre senhores e escravos. Nesse sentido, muitos senhores concediam a liberdade a alguns cativos mediante acordos ou outras formas de coerção mantendo-os como seus trabalhadores.²⁸

Os libertos conviviam com cativos das fazendas próximas bem como outros libertos estabelecidos na região, formando assim um território negro com laços de parentesco e compadrio. Tal situação ocorreu em Cachoeira do Sul, no Quilombo de Cambará. Importante mencionar que os negros livres de Cambará continuaram a trabalhar com os mesmos fazendeiros com o diferencial que havia a possibilidade de negociação do pagamento dos serviços prestados.²⁹

Do mesmo modo, Antônio Manuel Jorge, ancestral do Quilombo do Limoeiro, poderia ter adquirido o rebanho que foi inventariado, trabalhando nas fazendas da região. Assim, alguns anos mais tarde, o quinhão de terras de Perpétua e Antônio iria abrigar seus descendentes, os quilombolas do Limoeiro. Pois, na época do inventário de

²⁶ Ilka Boaventura Leite, *op.cit.*

²⁷ ANJOS, José Carlos Gomes dos; ALMEIDA, Luciana Schleder; SILVA - “Evidências históricas da territorialização”. *São Miguel dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 51.

²⁸ Laudo sócio-antropológico da Comunidade Quilombola de Cambará, Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, 2006, p.16-18.

²⁹ Laudo sócio-antropológico da Comunidade Quilombola de Cambará, Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, 2006, p.40-41.

Antônio Jorge, 1858, contava a filha do casal, Maria Antônia, com apenas quatro anos de idade, quando assim herdou a metade dos bens do pai. Posteriormente, no inventário de sua morte, no ano de 1908, aparecem registradas as mesmas terras da Charqueada.

Bens arrolados no inventário de Maria Antônia de Oliveira

| Bens | Valor |
|---|---------|
| 166 m de frente de terras e campos, situados no 3º Distrito deste município, lugar denominado Sesmaria do Quintão. Compra de Nasário Figueira Marques | 249:000 |
| 57 m de terras de campos na Sesmaria da Xarqueada. Compra de Estanislau Feliciano Barbosa | 104:000 |
| Um Quinhão de terras e campos e matos na Sesmaria da Xarqueada. Herança de Antônio Manuel Jorge. | 25:000 |
| Uma pequena casa de morada também na Sesmaria da Xarqueada, com algumas benfeitorias | 150:00 |
| Total | 528:000 |

Fonte: Inventário de Maria Antônia de Oliveira. Conceição do Arroio, 1908. Gentilmente cedido por Márcio Xavier Terra (Bisneto de Maria Antônia de Oliveira)

Maria Antônia casou com Benjamin Antônio de Oliveira, com quem teve oito filhos que estão apresentados no “Gráfico Genealógico 1”(anexo). Os bens inventariados foram herdados pelo viúvo e filhos. A partir dos relatos dos quilombolas e da construção da genealogia, pudemos perceber que a comunidade atual descende, em sua quase maioria, destes oito filhos do casal, que consideramos ser o tronco fundador da Comunidade Quilombola do Limoeiro.

É impressionante o fato de que, apesar de ser uma comunidade bastante numerosa, com cerca de 80 famílias, após a construção das árvores genealógicas, constatou-se que cerca de 80% dos atuais moradores descendem do casal Maria Antônia de Oliveira e Benjamin Antônio de Oliveira, conhecidos como “Benjamins”.

Isso reforça a idéia de que os territórios de negros livres, no Rio Grande do Sul, formam grupos compactos de famílias, excluídas da vida política e social das vilas ou cidades da região.

A passagem do texto de Marco Antônio Pereira Velho, de família tradicional de Palmares, dá uma idéia do distanciamento da elite local, frente às comunidades negras:

Em Palmares a quantidade de escravos era pequena, sendo quase considerados como membros da família. Temos até o momento localizadas duas Colônias de negros em Palmares, uma na

Fazenda do Limoeiro no Bacuparí, divisa de Palmares com Mostardas e outra em terras da Sesmaria São Bernardo no Distrito de Santa Rosa.(...)³⁰

Dessa fala, algumas questões surgem: se havia poucos escravos, de onde originariam as duas Colônias de negros? Além disso, sendo o autor, morador da região, como desconhecia a existência de todos territórios negros em Palmares? As terras dos atuais quilombolas ficariam a margem do restante da povoação, que a excluiu, ao ponto de não saber ao certo sobre a sua existência, recorrendo a outros estudos e documentos para confirmar a presença deles na área; eles não estavam lá há quase duzentos anos?

Considerações finais:

Este estudo sobre a população Quilombola do Limoeiro foi valiosa para a reconstituição histórica da região, uma vez que, a reconstrução das árvores genealógicas da comunidade acompanhou a reconstituição da história da ocupação do território do Rio Grande do Sul.

As evidências cartoriais nos levaram ao primeiro proprietário do vasto território, que englobava Palmares, Quintão e Xarqueada. Não foi a toa que Mônica, com apenas 17 anos, casou com Manoel Jorge, que contava com 64 anos na data do casamento. Além de tudo, ele já chegara a Rio Grande como um dos heróis da “Colônia Sitiada”, estando ainda na companhia de outros companheiros de lutas e negócios. Tanto que os casamentos se deram entre pessoas, oriundas de Colônia do Sacramento, como no caso das duas irmãs, Mônica e Quitéria, que casaram com Manuel Jorge e Lopes de Matos, respectivamente. Ambos enfrentaram os espanhóis, seja na defesa da Colônia, ou na polêmica fuga de Rio Grande.

Assim, a abertura do Caminho das Tropas possibilitou que Antônio Jorge fosse agraciado com terras nas quais as tropas passavam. A atividade de tropeiro, nesta região foi freqüente, e até hoje existem na Comunidade do Limoeiro pessoas que trabalharam como tropeiros e, em depoimentos, a alusão a essa atividade é recorrente, quando rememoram as estórias dos antepassados.

³⁰ Marco Antônio Pereira velho, *op. cit.*, p. 66-67.

Muitos tropeiros eram negros livres, e essa atividade possibilitava o contato entre homens brancos, forros, mestiços e escravos. Podemos argumentar a possibilidade de que o marido de Perpétua, Antônio Manuel Jorge que foi identificado nesta pesquisa, como um dos primeiros negros livres do Limoeiro, exercesse tal atividade. Além disso, ele ganhou terras e tinha um significativo rebanho adquirido, quiçá, no transporte de tropas.

Além de proprietários de terras e rebanhos, tudo indica que Antônio e sua mulher eram livres ainda na década de trinta do século XIX. Mas se pensarmos que até hoje quase duzentos anos depois, seus descendentes continuam residindo no mesmo local e trabalhando nas fazendas próximas, podemos perguntar que liberdade era essa?

Bibliografia

ANJOS, José Carlos Gomes dos; ALMEIDA, Luciana Schleder; SILVA - “Evidências históricas da territorialização”. *São Miguel dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004

APERS- Primeiro Cartório Civil, Porto Alegre, Inventário de Francisco de Azevedo e Souza, auto 131, maço 7, 1835

APERS- Primeiro Cartório de Órfãos, Porto Alegre, Inventário de Joaquim de Azevedo e Souza, auto 1238, maço 59, 1837

APERS- Primeiro Cartório de Órfãos, Porto Alegre, Inventário de Joaquim de Azevedo e Souza, auto 1238, maço 59, 1837

APERS, Orphãos e Ausentes, Conceição do Arroio, maço 3, auto 67, Inventário de Francisca Cândida da Anunciação.

APERS. Livro de registros paroquiais de Nossa Senhora da Conceição do Arroio

APERS- Cartório de Órfãos e Ausentes, Conceição do Arroio, Inventário de Antônio Manuel Jorge, auto 43, maço 2, 1858

CANABRAVA, Alice Piffer – *O comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: Ed. da USP, 1984

Devassa sobre a entrega da Villa do Rio Grande às tropas castelhanas. Rio Grande: Biblioteca Rio Grandense, 1764

ELLIS JÚNIOR, Alfredo – “O ciclo do luar”. *Revista de História*. São Paulo: vol. I, janeiro-março, nº 1, 1950

HAMEISTER, Martha Daisson – *O Continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (1727-1763)*. Dissertação de Mestrado apresentada na UFRJ, 2002

KUHN, Fábio - *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa- século XVIII*. Niterói: Tese de doutorado defendida na UFF, 2006

Laudo sócio-antropológico da Comunidade Quilombola de Cambará, Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, 2006

Laudo sócio-antropológico da Comunidade Quilombola de Cambará, Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, 2006

LEITE, Ilka Boaventura – *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004

Livro das Sesmarias, 6 (1789- 1792) APERS

OSÓRIO, Helen – *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007

PEREIRA, Marco Antônio Velho. *O Rincão dos Palmares: os primeiros palmarenses no Rio Grande do Sul*. Palmares do Sul: Editora Raupp, 1994

PESAVENTO, Sandra Jatahy - “Farrapos, liberalismo e ideologia”. *A Revolução farroupilha: História & Interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985

Anexo - Benjamin “tronco principal”, primeira geração e matrimônios:

